



## Senado vota hoje contrato maior no setor elétrico

Medida que estendeu prazo para distribuidoras de energia está na pauta. Textos sobre *Aedes aegypti*, precatórios e desvinculação de receitas também podem ser votados

Se não for votada hoje no Senado, perde validade a medida provisória que aumentou de 30 para 210 dias o prazo para que sete distribuidoras de energia elétrica das Regiões Norte e Nordeste assinem aditivo ao contrato com o Ministério de Minas e Energia. O prazo começou

a contar em novembro.

Outra medida provisória que precisa ser votada hoje autoriza agentes de combate ao mosquito *Aedes aegypti* a entrar em imóveis abandonados. A pauta contém ainda a votação, em primeiro turno, de uma proposta de emenda à Constituição sobre pre-

catórios, que permite o uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar dívidas públicas. Também pode ser votada a proposta de emenda à Constituição que autoriza estados e municípios a aplicar em outras despesas recursos vinculados a áreas específicas, como saúde e educação. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Comissão de Direitos Humanos discutiu atuação de operadores de radiologia

### Debatedores apontam exposição desnecessária a radioatividade

Os detectores de metais e escaneadores corporais pelos quais passam milhões de pessoas anualmente em aeroportos, penitenciárias e órgãos públicos são aparelhos de radiologia. A falta de habilitação dos operadores pode levar as pessoas a tomar

radiação desnecessária e excessiva, segundo os participantes de debate ontem na Comissão de Direitos Humanos. Eles também denunciaram a falta, em hospitais, de dosímetro, aparelho usado para monitorar a radiação dentro de uma sala. **3**

especial  
**Cidadania**

### Orçamento deficitário afeta o bolso dos cidadãos



Ana Volpé/Agência Senado

Quando o governo não consegue economizar o suficiente para quitar seus compromissos, recorre a medidas como aumento de impostos para cidadãos e empresas e corte nos gastos não obrigatórios, como investimentos públicos. A meta fiscal aprovada na ma-

drugada de quarta-feira pelo Congresso prevê um déficit (saldo negativo) de R\$ 170,5 bilhões nas contas e, por isso, o governo anunciou um pacote fiscal do qual faz parte uma PEC restringindo a expansão dos gastos, inclusive com saúde e educação. **4**

Planejamento orçamentário leva em conta receitas e despesas e busca prever a capacidade de pagar as contas, seja de um governo, de uma empresa ou de uma família

### Projeto de lei aumenta pena para estupro coletivo

O caso do estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro levou a Comissão de Constituição e Justiça a planejar a votação extrapauta de um projeto que aumenta a punição máxima de 12 anos e meio para mais de 16 anos de prisão, dependendo das circunstâncias. Em discurso, o senador Jorge Viana parebenizou a autora da proposta, Vanessa Grazziotin. Também na tribuna, a relatora do projeto, Simone Tebet, advertiu que 130 mulheres são estupradas a cada dia no Brasil. **3**

### Processo de impeachment terá calendário na quinta

A Comissão do Impeachment no Senado tem reunião marcada para quinta-feira, quando analisará o plano de trabalho proposto pelo relator, Antonio Anastasia. Ele estima que a fase que começa agora, de instrução do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff, seja concluída em 27 de julho, depois da coleta de provas, depoimentos e votação de um novo relatório sobre a denúncia. A situação política foi tema de vários discursos em Plenário ontem. **2**

### Imagem peregrina de Nossa Senhora é recebida em sessão especial



Genalito/Mageia/Agência Senado

O Senado homenageou ontem os missionários da imagem peregrina de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. A imagem, vinda de Portugal, foi recebida em Plenário, ao lado de relíquias de São João Paulo II. Para o senador Hélio José, Maria representa a conexão da humanidade com Deus e simboliza o amor e a família. O padre André Lima, da Arquidiocese de Brasília, lembrou que 2017 marcará o centenário das aparições de Maria em Fátima e os 300 anos da imagem de Nossa Senhora Aparecida, encontrada no Rio Paraíba do Sul, no interior de São Paulo. **2**

Hélio José (C), que presidiu a sessão, resalta a importância de Maria para a fé dos brasileiros

# pauta Feminina

### Debate interativo Gravidez na Adolescência

Data: 31 de maio de 2016

Horário: 10h

Local: Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Informações: 3303-1710

Participe também pelo 0800 61 22 11 ou pelo site [senado.leg.br/e-Cidadania](http://senado.leg.br/e-Cidadania).



Secretaria da Mulher



SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Enquanto o colegiado se prepara para dar início à segunda fase do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff, situação política do país volta a ser debatida pelos senadores em Plenário

# Comissão do Impeachment define calendário na quinta

O PLANO DE trabalho que guiará a instrução do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff na Comissão do Impeachment será analisado na quinta-feira. O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), estima dois meses de coleta de provas e depoimentos, além de prever o interrogatório de Dilma.

Anastasia também apresentará à comissão parecer sobre a defesa de Dilma, que deve chegar até amanhã. Na reunião serão votados requerimentos, como os que pedem à Procuradoria-Geral da República e ao STF cópias dos áudios de conversas entre o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o ex-senador Sérgio Machado.

## Para Lindbergh, gravações de Machado reforçam a tese do golpe contra Dilma

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou ontem em Plenário vários trechos das últimas gravações divulgadas na imprensa envolvendo Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro. Na visão dele, as gravações reforçariam a tese do golpe, já que vários trechos revelam a opinião de que a Operação Lava Jato só seria contida com o afastamento da presidente Dilma. Ele disse que o impeachment é o primeiro passo para a retirada de direitos e conquistas do trabalhador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Viana ressalta denúncias contra ministros em duas semanas de governo

Jorge Viana (PT-AC) destacou em discurso as denúncias contra ministros do presidente interino Michel Temer, em duas semanas de governo.

Ele lembrou a queda do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que deixou o Planejamento após divulgação de conversas com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Também cobrou a demissão do ministro da Transparência, Fabiano Silveira, personagem de outra gravação de Machado.

— Isso não se trata de ser oposição ou situação. É insustentável — disse Viana em Plenário, poucas horas antes de Silveira pedir demissão.

## Senado deveria suspender processo de impeachment, avalia Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a interrupção do processo de impeachment até que o Senado tenha conhecimento do conteúdo da delação premiada de Sérgio Machado. Segundo ela, depois da divulgação das gravações, não é possível dar continuidade ao processo de afastamento definitivo de Dilma Rousseff como se a Casa não estivesse diante de “fatos graves”. Para a senadora, não se trata de atrasar o impeachment, mas fazer a comissão trabalhar com a verdade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## “Ninguém pode parar a Lava Jato”, diz Aloysio, ao criticar presidente afastada

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que não procede a insistência de Dilma Rousseff em classificar seu afastamento da presidência da República como um golpe para colocar fim à Operação Lava Jato.

— Ninguém pode parar a Lava Jato. Precisa fazer uma enorme combinação. Alguém pode acreditar num conto da carochinha desses?

Para o senador, Dilma também vive uma ilusão ao criticar problemas na economia do país causados pelos atos da própria presidente afastada.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Requião acredita que governos estão a serviço do capital especulativo

Para Roberto Requião (PMDB-PR), as medidas econômicas do governo interino podem comprometer as conquistas sociais dos últimos anos. Segundo ele, o mercado não se importa se o Estado está nas mãos de Temer ou Dilma, quer apenas a globalização, o que significa o enfraquecimento dos governos e parlamentos e o fortalecimento do capital especulativo. Requião disse que Temer é um instrumento desse processo e será julgado, assim como Dilma, pelo conjunto da obra do seu governo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Senado recebe imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima

O Senado recebeu ontem a imagem de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, de Portugal. Ela veio acompanhada das relíquias de São João Paulo II como parte da sessão especial que celebrou em Plenário os missionários da imagem peregrina.

O senador Hélio José (PMDB-DF) afirmou que Maria representa a conexão da humanidade com Deus e simboliza o amor e a família.

— A homenagem do Senado denota a importância de Nossa Senhora na vida, na fé e na cultura do brasileiro.

Representando a Arquidiocese de Brasília, o padre André Pereira Lima disse que 2017 será um ano marcado pelo centenário das aparições de Maria em Fátima e pelos 300 anos da imagem de Nossa Senhora Aparecida, encontrada no Rio Paraíba do Sul, no interior de São Paulo.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Sessão especial homenageou os missionários da imagem vinda de Portugal

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CDH Previdência**  
8h30 Audiência pública e lançamento da Frente em Defesa da Previdência.
- CCT Internet**  
8h45 Comissão vota projeto que destina verbas para melhorias na internet.
- CMA Crédito de carbono**  
9h30 Na pauta, projeto que autoriza geração de créditos de carbono em terras indígenas.
- CAE Banco Central**  
10h Análise da indicação de Ilan Goldfajn para presidente do Banco Central.
- MULHER Gravidez na adolescência**  
10h Procuradoria Especial da Mulher debate gravidez na adolescência.
- CE Royalties para educação**  
11h45 Na pauta, PLS 747/2015, que altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional.
- PLENÁRIO Setor elétrico**  
14h Entre as MPs em pauta, está a 706/15, que prorroga contratos do setor elétrico.
- MINERAÇÃO Requerimentos**  
14h Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração analisa requerimentos.
- MP 713 Redução de IR**  
14h30 Análise da MP que reduz a 6% o Imposto de Renda sobre remessas ao exterior.
- TRANSPARÊNCIA Cartão corporativo**  
14h30 Análise do PLS 62/2016, sobre divulgação de gastos com cartão corporativo.
- VIOLENCIA CONTRA MULHER Audiência**  
14h30 Apreciação de requerimentos de audiências públicas.
- INTELIGÊNCIA Segurança Institucional**  
15h Audiência secreta com ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Sergio Etchegoyen.
- PRESIDÊNCIA Votação**  
16h Renan Calheiros preside ordem do dia.

### SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Nota pública da Presidência do Senado

“Em face das especulações, reitero, de maneira pública e oficial, que não irei indicar, sugerir, endossar, recomendar e nem mesmo opinar sobre a escolha de autoridades no governo do presidente Michel Temer. Independentemente de sermos do mesmo partido e das convergências em nome do Brasil, tive oportunidade de externar ao senhor presidente da República que a indicação de nomes é incompatível com a independência entre os Poderes da República.

Nos dois encontros que mantivemos, defendi, como já o fiz publicamente, que minha contribuição se dará a partir de agendas e programas. Essa é a melhor maneira de colaborar para superarmos a grave crise atual.”

Senador Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional

### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves
- Segundo-secretário:** Zeze Perrella
- Terceiro-secretário:** Gladson Cameli
- Quarta-secretária:** Ângela Portela
- Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
- Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira
- Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez
- Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano
- Diretor-adjunto:** Flávio Faria
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio
- Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá
- Coordenação de Edição:** Silvio Burle
- Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes
- Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

# Jornal do Senado

- Editor-chefe:** Marcio Maturana
- Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
- Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário deve votar hoje prorrogação de contratos com o setor elétrico

Medida sobre combate a mosquito e propostas sobre precatórios e desvinculação de receitas de estados e municípios também estão na pauta

A MEDIDA PROVISÓRIA sobre a prorrogação de contratos com o setor elétrico está na pauta do Plenário do Senado e precisa ser votada até hoje para que não perca a validade. O mesmo ocorre com a MP que autoriza os agentes que combatem o mosquito *Aedes aegypti* a entrar em imóveis abandonados. Também estão em pauta duas propostas de emenda à Constituição que tratam de precatórios e da desvinculação das receitas.

A MP 706/2015 aumentou de 30 para 210 dias o prazo (que começou a contar em novembro de 2015) para sete distribuidoras de energia elétrica das Regiões Norte e Nordeste assinarem aditivo ao contrato com o Ministério de Minas e Energia. A medida foi transformada em projeto de lei de conversão (PLV 11/2016).

Já a MP 712/2016 trata de ações para combate do mosquito transmissor dos vírus da dengue, febre chingunha e

zika. A medida, transformada no PLV 9/2016, prevê também a dedução no Imposto de Renda de doações a projetos aprovados pelo Ministério da Saúde e auxílio financeiro a famílias de baixa renda que tenham crianças com microcefalia.

A proposta que deve ser votada em seguida, em primeiro turno, é a PEC 159/2015, que permite o uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar precatórios, dívidas do governo com o cidadão que

ganhou um processo judicial. O relator é Antonio Anastasia (PSDB-MG). Também pode ser votada a PEC 143/2015, em segundo turno, que permite aos estados e municípios aplicar em outras despesas 25% da arrecadação da União em recursos hoje vinculados a áreas específicas, como saúde, educação e tecnologia. A PEC de Dalírio Beber (PSDB-SC), relatada por Romero Jucá (PMDB-RR), está em segundo turno de votação.



## Gleisi critica cortes no Minha Casa Minha Vida

Gleisi Hoffmann (PT) denunciou ontem o que chamou de desmonte do Estado por parte do governo interino Michel Temer. Ela disse que um dos exemplos está no corte de subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida às faixas mais pobres.

Alegando restrições orçamentárias, o governo vai acabar com subsídios para os mutuários das faixas 1, que ganham até R\$ 1,8 mil, e 2, com renda até R\$ 3,6 mil.

— Só assim uma pessoa pode ter casa quando ganha até R\$ 1,8 mil. Só assim uma família pobre pode ter acesso a habitação — disse.

## Paim anuncia evento em defesa da Previdência

Evento em defesa da Previdência Social será realizado hoje no Senado, segundo Paulo Paim (PT-RS). Em todo o país, anunciou, movimentos sociais organizados também se manifestarão.

— A seguridade social é superavitária. O orçamento da Previdência Social ultrapassa o orçamento de muitos países da América Latina — disse.

O senador acrescentou que as mudanças propostas no setor pelo governo interino têm o repúdio dos trabalhadores.

— Não aceitamos que o Ministério da Previdência se transforme num puxadinho do Ministério da Fazenda.

## Estupro coletivo no Rio leva comissão a analisar aumento da pena

Após o registro do estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro, na semana passada — terceiro caso no país em um ano —, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode aprovar amanhã projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que aumenta a pena para esse crime. O PLS 618/2015 deverá ser apresentado extrapauta e a relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), está finalizando parecer pela aprovação.

O Código Penal estabelece pena de reclusão de 6 a 10 anos para crime de estupro. Se for coletivo, a pena já é aumentada em um quarto, o que eleva a punição máxima para 12 anos e meio de prisão. O projeto aumenta a pena em um terço, ampliando o tempo máximo para mais de 13 anos.

Em entrevista ao site UOL, a relatora antecipou a intenção de apresentar duas emendas.

### Jorge Viana condena barbárie e apoia projeto a ser votado

Jorge Viana (PT-AC) classificou como “crime praticado com perversidade” o estupro coletivo no Rio. Ele disse que todos ficaram estarelecidos ao ver alguns participantes se vangloriando.

— Houve também o episódio do delegado que resolveu primeiro ver até onde ia a culpa da vítima, com perguntas e questionamentos que só pioraram o estado de choque.

Viana disse que a irresponsabilidade das autoridades custou caro para a vítima, porque só agora fizeram os exames e o resultado foi que não há evidência. Ele cumprimentou Vanessa Grazziotin pela autoria do PLS 618.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### “A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada”, diz Simone Tebet

De acordo com o Banco Mundial, é mais fácil uma mulher com idade entre 14 e 44 anos ser estuprada do que ser vítima de câncer ou acidente, disse ontem Simone Tebet (PMDB-MS). Ela lamentou os casos de estupro coletivo.

— A cada 11 minutos uma mulher é estuprada neste país. São 130 mulheres estupradas todos os dias. E são dados subnotificados, porque as pesquisas mostram que só 10% das mulheres têm coragem de denunciar.

A relatora do PLS 618 defendeu que a pena seja aumentada em dois terços quando o estupro é coletivo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Uma fixa o aumento da pena em até dois terços para estupro coletivo. A outra define punição maior pela divulgação de imagens. Assim, a pena pode chegar a mais de 16 anos.

O estupro coletivo que motivou o PLS 618/2015 aconte-

ceu em maio de 2015 no Piauí. O crime foi cometido contra quatro adolescentes, das quais uma morreu em decorrência das agressões. Três meses depois, outro episódio aconteceu no Rio Grande do Norte.

O PLS 618/2015 prevê pu-

nição mais grave também em caso de estupro de vulnerável (vítima menor de 14 anos). Hoje a pena pode chegar a 15 anos. Se o parecer de Simone prevalecer amanhã, o tempo máximo de prisão poderá ser aumentado em quase 10 anos.

## Pessoas são expostas a radiação indevidamente, aponta debate

Aparelhos de radiologia são utilizados de forma inadequada por pessoas sem habilitação em aeroportos, penitenciárias e órgãos públicos, denunciaram ontem participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A legislação exige que os operadores tenham diploma de técnico ou tecnólogo.

O desconhecimento pode gerar problemas de saúde à população, afirmou o presidente dos Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Distrito Federal, Adriano Leva.

— Câmara e Senado, fóruns, tribunais de Justiça no Brasil inteiro, aeroportos, por onde passam milhões anualmente, estão fazendo as pessoas tomarem radiação de graça.

Aparelhos de escaneamento corporal são suspeitos de causar até abortos, de acordo com a presidente do Conselho

Nacional de Técnicos em Radiologia, Valdelice Teodoro.

— Quem está olhando não entende que aquela massa que está no ventre da pessoa é um feto e pede para passar pelo aparelho de novo e de novo — contou Valdelice.

Debatedores também denunciaram a falta de dosímetro em hospitais. O equipamento é usado para monitorar

a radiação dentro da sala de radiologia. Aparelhos velhos e sem manutenção também expõem profissionais e pacientes a problemas, alertou Ubiratan Gonçalves Pereira, secretário da Federação Nacional de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia.

— Esses levantamentos radiométricos são obrigatórios em toda clínica radiológica.

Infelizmente nem todos cumprem. A Vigilância Sanitária e a Comissão Nacional de Energia Nuclear não fiscalizam.

Debatedores também acusaram empresas de descumprir obrigações trabalhistas, como pagamento de adicional de insalubridade e jornada de 24 horas semanais.

— Esse não é sempre o caso, mas qualquer ocorrência desse tipo em um setor tão sensível representa um grande risco. Isso tem de ser alertado: risco para o profissional, que tem diretamente a saúde comprometida em razão da imprudência de alguns empregadores, e risco para a população, que muitas vezes é atendida por profissionais sem as devidas qualificações exigidas em lei e sem conhecimento desse perigo — avaliou o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.



Senador Paulo Paim (4º à esq.) preside o debate com especialistas em radiologia

Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Ex-governador sofre perseguição, diz Telmário

Segundo Telmário Mota (PDT-RR), o ex-governador de Roraima Neudo Campos está sendo vítima de “perseguição implacável” por motivos políticos. O senador manifestou sua solidariedade e afirmou que Neudo, preso por desvio de verbas públicas, aproximadamente dos 70 anos e tem problemas de saúde.

Mesmo assim, segundo Telmário, o juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, pretende transferir o ex-governador para um presídio federal de segurança máxima fora de Roraima.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

# Deficit da União impacta o bolso das famílias

Para tentar ajustar as contas públicas e voltar a ter superávit, o governo interino anunciou limite para o crescimento de gastos públicos, inclusive com saúde e educação

Rodrigo Baptista

A META FISCAL aprovada na madrugada de quarta-feira pelo Congresso prevê um déficit de R\$ 170,5 bilhões nas contas do governo, valor superior à previsão anterior que era de R\$ 96 bilhões. Mas o que isso significa? Como afeta o bolso e a vida da população?

A meta revela a política fiscal estabelecida pelo governo com o objetivo de mostrar a sua capacidade de saldar compromissos. Ela é resultado da diferença entre dois valores: a expectativa de receita e a expectativa de despesas. Dessa conta, é possível obter um superávit (saldo positivo) ou déficit (saldo negativo).

Quando o saldo é positivo, o governo consegue economizar para pagar os juros da dívida. Já o déficit de um país reflete que ele gasta mais do que arrecada. É como se os valores das contas de uma família fossem superiores aos ganhos de todos os que moram na casa em um determinado mês.

É a situação que ocorreu com a família de Maria Francisca Soares. Há dois anos, ela viu o orçamento apertar quando o marido, Alessandro Silva, perdeu o emprego. Depois de pagar água, luz e fazer as compras, ficou difícil amortizar o financiamento da casa própria. Para compensar e sair do vermelho, ela teve que apelar para um empréstimo, contraindo uma nova dívida.

Para pagar o empréstimo, Maria, que trabalha como faxineira em Brasília, foi atrás de mais serviço nos meses seguintes. Além disso, ela e Alessandro cortaram alguns gastos: tiraram a filha da escola particular e diminuíram os passeios nos fins de semana.

— Eu tinha um planejamento, mas o desemprego do meu marido me pegou desprevenida — lamentou Maria.

O orçamento das famílias como a de Maria é menos complexo, evidentemente, do que o Orçamento da União. Se o governo não consegue economizar o suficiente para fazer frente aos seus compromissos, ele passa a recorrer a medidas como aumentar impostos para as famílias e as empresas e cortar gastos que não são obrigatórios, como investimentos públicos.

Também pode emitir títulos públicos, que são comprados por investidores do mercado. É uma espécie de “empréstimo”: o governo põe os títulos à venda com o compromisso de resgatá-los de acordo com pra-

zos, juros e outras condições predeterminadas. Esses títulos compõem a dívida pública.

Assim como Maria, o governo interino de Michel Temer resolveu fazer um esforço e criar um teto para o crescimento dos gastos públicos, além de cortar algumas despesas. O pacote fiscal anunciado contém, entre outros pontos, uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que será enviada para votação no Congresso, restringindo inclusive a expansão dos gastos com saúde e educação. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também não descartou a possibilidade de o governo propor aumento de tributos. Segundo ele, porém, a ideia é não elevar impostos “num primeiro momento”.

## Perspectivas

De acordo com o consultor de Orçamento do Senado José Ribamar Pereira, as despesas cresceram a tal ponto na última década que dificilmente o contingenciamento será suficiente para garantir um resultado financeiro positivo. Para ele, são grandes as chances de o governo precisar criar novas fontes de receita:

— A arrecadação não está crescendo. Por outro lado, as despesas estão. E não tem como cortar muitas despesas. Parece que será necessário criar uma nova fonte de recursos para pagar a conta — disse.

Na opinião de Maria, a conta acaba sempre sobrando para a população. A impressão é corroborada pelo diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz. Segundo ele, momentos de crise impactam de forma mais significativa os trabalhadores.

— O custo social é sentido por meio da taxa de desemprego alta, que desmobiliza uma série de ativos. A destruição dos postos de trabalho é a destruição do ativo que permite ao trabalhador a construção de um conjunto de elementos básicos para financiar o bem-estar e a qualidade de vida no âmbito privado — disse.

Mesmo lamentando o arrocho, Maria acredita que a economia pode se reerguer, assim como ela e o marido. Recentemente ele voltou a trabalhar como segurança em eventos e não passa um final de semana sem serviço. As contas da casa, contou Maria, melhoraram:

— Já está dando para economizar um pouco — disse.



Agência Pública do Trabalhador, no DF: crise econômica gera desemprego, que gera mais crise, formando círculo vicioso

## Modelo econômico dominante é criticado por sindicalistas

Por 17 anos seguidos, de 1997 até 2014, o Brasil sempre registrou superávits primários, valores que são destinados anualmente para o pagamento dos juros de sua dívida. Mas o modelo, que remonta à estruturação do Plano Real e à Lei de Responsabilidade Fiscal não é unanimidade. Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) no dia 16 de maio, sindicalistas e outros convidados afirmaram que a política fiscal que vigora desde os anos 90 garante a primazia do setor financeiro na economia. A consequência disso, segundo eles, é que as políticas públicas começam o ano com poucos recursos.

Paulo Barela, da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), defendeu a imediata suspensão do pagamento da dívida alegando que o montante que o governo tem destinado ao pagamento da dívida pública representa quase metade do Orçamento, o que supera os investimentos

em direitos sociais básicos da população brasileira como saúde, educação e transporte.

— Seria tomada uma medida política que significaria a suspensão do pagamento da dívida pública, o que abriria o caixa em mais de 50%. Não foi o povo pobre trabalhador que contraiu essa dívida. Ela é fruto de juros sobre juros sobre juros, o que leva à situação que estamos vivendo agora — argumentou.

A dívida pública é formada tanto por empréstimos quanto pela emissão de títulos do governo, que são comprados por investidores com o objetivo de obter remuneração futura por meio de juros.

### Investimento

Para o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz, o volume do endividamento do país e o nível da taxa de juros comprometem a capacidade de investimento do Estado.

— Quando um Estado se endivida e toma empréstimo da sociedade, ele toma esse

empréstimo para construir ativos que gerem a ampliação da capacidade produtiva dessa sociedade. Ampliando a capacidade, o Estado arrecada mais impostos e pode ressarcir aqueles que emprestaram. Nós temos um problema estrutural em relação à dívida pública, porque ela, hoje, transfere um volume de recursos que impede que o Estado brasileiro tenha capacidade fiscal de fazer uma parte daquilo que é necessário fazer, que é o investimento — afirmou.

Segundo Ganz, a queda de arrecadação do governo e o déficit fiscal fazem com que volte à tona o debate público sobre cortes na saúde, na educação, na Previdência e nos benefícios de servidores, porque são as quatro maiores contas depois do gasto com juros. Ele lamenta, contudo, que a discussão sobre os elevados juros da dívida pública fique em segundo plano.

— Tudo isso será feito para garantir o pagamento regular do custo da dívida pública.

## Retração de receita e aumento de gasto impediram superávit

A meta aprovada é diferente daquela prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na Lei, consta um superávit de 0,39% do PIB, ou R\$ 24 bilhões. Porém, com a frustração de receitas e o aumento dos gastos públicos nos primeiros meses deste ano, o governo já havia encaminhado, em março, na gestão da presidente afastada

Dilma Rousseff, um pedido de revisão da meta, que sairia de superávit para um déficit de R\$ 96 bilhões de reais.

A equipe econômica do presidente interino Michel Temer, porém, apresentou novo cálculo para o déficit, excluindo a previsão de arrecadações consideradas incertas, como a recriação da CPMF, ainda

em discussão, e a repatriação de recursos no exterior, ainda não efetivada.

Se não conseguisse aprovar a nova meta, o governo seria obrigado a cortar R\$ 137,9 bilhões nas despesas não obrigatórias, para garantir o superávit previsto na LDO, além dos R\$ 44,6 bilhões já contingenciados no primeiro bimestre.

### Saiba mais

Orçamento Fácil (vídeos didáticos da Agência Senado)  
- [www.senado.leg.br/orcamentofacil](http://www.senado.leg.br/orcamentofacil)

Portal do Orçamento no Senado  
- [www.senado.leg.br/orcamento](http://www.senado.leg.br/orcamento)

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)